Sumário

Prefácio à edição brasileira		
Prólogo	13	
Prólogo	19	
Apresentação	27	
CAPÍTULO I		
Introdução	45	
CAPÍTULO II		
Diagnóstico panorâmico da independência judicial no mundo	49	
Importância de dispor de informação quantitativa e qualitativa sobre a independência judicial	49	
2. Índice de democracia (the economist)	52	
3. A independência judicial no contexto da crescente polarização .	58	
4. O índice do Estado de Direito (rule of law index) 2022 do world justice project (WJP)	62	
4.1. Estado de Direito	62	
4.2. Ranking mundial sobre estado de direito	64	
4.3. Justiça Civil	66	
4.4. Justica Penal	67	

4	4.5. Relatórios nacionais sobre o Estado de Direito em países da América Latina e do Caribe (2023)
5. Índ	lice de independência judicial (world economic forum)
	rcepção da independência judicial na União Europeia (Comis- o Européia)
7. Co	nfiança no poder judiciário na América Latina (latinobarómetro)
int	lice de percepção de corrupção no setor público (transparência ternacional) e eurobarómetro 2023 (citizens attitudes towards truption in the EU in 2023)
9. A	quantidade de juízes
10. S	ituação da (in)justiça no mundo
CAPÍTU	JLO III
	endência judicial e a relação entre o poder judicial e os s poderes e órgãos do estado
1. Inc	dependência judicial: garantia essencial do estado de direito
	dependência do sistema judiciário e independência das juízas e zes
2	2.1. A distinção entre o individual e o coletivo
2	2.2. Independência individual ou pessoal (interna)
2	2.3. Independência institucional ou coletiva (externa)
	dependência judicial inicial e independência judicial permanente ntinuidade da independência)
4. Inc	dependência judicial e dever de não intromissão do estado
5. Inc	dependência judicial, protagonismo judicial e políticas públicas
6. Un	n novo enfoque do princípio da separação dos poderes?
CAPÍTU	JLO IV
fluêno	ipais modalidades de interferência, intromissão e/ou incia na independência da magistratura e do poder judiciá- elos demais poderes e órgãos públicos
	dependência judicial e intromissão indevida dos demais pode-

SUMÁRIO 39

2.	de seleção dos juízes
3.	Interferência dos poderes executivo e legislativo nas cortes supremas
4.	Interferência política nos conselhos da magistratura e similares
5.	Interferência dos poderes políticos na independência judicial mediante sanções e destituições arbitrárias de juízas e juízes e outros impactos na carreira judicial
	5.1. Carreira judicial e direitos da magistratura
	5.2. Destituição ilegal de juízas e juízes
	5.3. Sanções disciplinares infundadas ou ilegais a juízas e juízes
	5.4. Outras interferências na carreira judicial
6.	Interferências do poder político mediante reformas constitucionais ou infraconstitucionais que buscam violar a independência judicial
7.	Interferências indiretas do poder político no poder judiciário pela exclusão participativa em reformas do sistema de justiça
8.	Ataques à integridade de juízas e juízes mediante criminalização ou criação de delitos como mecanismos de intimidação, represália ou hostilidade
9.	Comprometimento da independência judicial pela falta de independência econômica ou de recursos adequados
10	. Interferência na independência judicial por meio de atos legislativos que afetam decisões judiciais
11	. Aumento do risco de comprometimento da independência judicial em casos de grande relevância pública ou política, envolvendo o estado como parte, direitos da magistratura ou temas semelhantes
12	. Possíveis interferências na independência judicial por meio do sistema de precedentes
13	. Interferências indevidas na independência judicial por meio da advocacia
14	. Interferências indevidas na independência judicial por meio do ministério público

15.	Violação da independência judicial por meio de tribunais não independentes
16.	Comprometimento da independência judicial pela recusa ou obstrução, por parte dos demais poderes públicos, no cumprimento das decisões judiciais
17.	Utilização dos meios de comunicação para exercer influência indevida sobre a magistratura ou o poder judiciário
18.	Interferência na independência judicial pela lógica da chamada "defecção estratégica"
19.	Interferências à independência judicial pela inexistência e/ou ineficiência de mecanismos para denunciar ataques ou ameaças contra ela
20.	Influência na psicologia dos juízes
CAPÍT	ULO V
e sar	idas de promoção da independência judicial e de prevenção ação à interferência indevida no poder judiciário e na ma- atura pelos demais poderes e órgãos públicos
1. A	promoção e proteção da independência judicial
	arantir a independência judicial no plano constitucional de forma stêmica
	esenhar institucionalmente o sistema de justiça de forma ade- uada para blindar ou proteger a independência judicial
	esenhar e implementar adequadamente os conselhos da magis- atura
	usca de acordos necessários para que as reformas no sistema de astiça promovam a independência judicial
	ssegurar a consulta e participação dos poderes judiciários nos rocessos de reforma do sistema de justiça
	lecanismos independentes de nomeação, promoção, remoção e ransferência de juízas e juízes
	rocedimento público, transparente e participativo de nomeação e membros dos tribunais superiores
9. C	arreira judicial bem desenhada e implementada

SUMÁRIO 41

10.	Garantir por lei a duração do mandato dos juizes e sua remune- ração
11.	Garantir orçamento suficiente e razoável autonomia financeira dos poderes judiciários
12.	Respeito pela magistratura e abstenção das forças policiais e militares de participar em qualquer afetação à independência judicial
13.	Desenvolver capacidades de independência nos juízes (formação) e difundir na sociedade os valores da independência judicial
14.	Garantir a segurança jurídica e previsibilidade das decisões sem comprometer a independência judicial
15.	Promoção de observatórios, relatórios temáticos e pesquisas para fortalecer a independência judicial, denunciar sua violação e garantir sua defesa
16.	Mecanismos eficazes para que os juízes possam denunciar os ataques à independência judicial
17.	Promover a legitimidade social da magistratura e do poder judiciário
18.	Um papel ativo dos movimentos sociais e dos partidos políticos na defesa da independência judicial
19.	Garantir a independência da advocacia
20.	Garantir a independência dos membros do Ministério Público .
21.	Combate à corrupção no sistema de justiça
22.	Medidas solicitadas por juízes à comissão interamericana de direitos humanos
CAPÍ	ΓULO VI
Con	clusões sobre a independência judicial
CAPÍ	TULO VII
	dependência da advocacia como fator chave para o adedo funcionamento dos sistemas de justiça
1. A	A independência da advocacia no panorama dos sistemas de justiça
2. /	Alcance do princípio da independência da advocacia

3. Um s	tandard de independência para advogados?	235
4. Quen	n o princípio da independência da advocacia protege?	236
	pendência jurídico-profissional dos advogados no setor pú- e privado e seu reflexo na independência da advocacia	238
6. A inc	lependência das sociedades de advogados	240
	pel das associações profissionais ou ordens dos advogados elação à independência	241
8. Confl	itos de interesse	242
8.1	. Conflito de interesse entre o advogado e o cliente	245
8.2	2. Conflito de interesses entre clientes	253
9. Com	ınicações informais entre advogados e juízes	255
10. Con	nunicação do advogado com a parte contrária	257
11. Adv	ocacia e doutrina	257
12. Con	clusões	258
Bibliografi	a	261